**Despacho de encaminhamento da CBEX ao MP/TCU,
VIA SCBEX/ADGECEX**

TC 010.263/2018-7

1. Autuado o presente processo de cobrança executiva, organizada a documentação a remeter ao órgão executor/entidade executora, e promovido o registro no Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares (Cadirreg), encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, via Segest/Scbex, para os fins previstos no art. 81, inciso III, da Lei 8.443/1992.

RESPONSÁVEL	DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO	ACÓRDÃO
Adalva Alves Monteiro	21/03/2018	11924/2016-TCU- 2º Câmara
Rocimary Câmara de Melo da Silva	28/06/2018	11924/2016-TCU- 2º Câmara

2. Ressalta-se que a Senhora Adalva Alves Monteiro é representada pelo advogado Wilson Cabral Hosoe Júnior (OAB/MA nº 7435) e a Senhora Rocimary Câmara de Melo da Silva é representada pelo advogado e Defensor Público Federal Alexandre Benevides Cabral (OAB/DF nº 33492) conforme procurações nos autos.

3. A responsável Rocimary Câmara de Melo da Silva solicitou parcelamento das dívidas no processo originador. Entretanto, informou que sua disponibilidade mensal é de R\$ 130,00. Considerando o valor do débito, chegamos à conclusão de que não seria possível a responsável quitar o débito no prazo máximo de 36 meses. Considerando também que os recursos são oriundos do Sescop-MA, expedimos o Ofício 2255/2018-TCU/SECEX-MA, de 30/7/2018, orientando-a a se dirigir à entidade detentora do cofre beneficiário da dívida, para obter as informações para fins de realização do pagamento parcelado do débito e, em relação à multa, informamos que ela deveria providenciar a emissão de GRU para pagamento das parcelas, podendo comparecer nesta Secretaria de Controle Externo para obter o auxílio necessário quanto a esse procedimento.

4. Com o comparecimento da responsável, verificando seu interesse em iniciar os pagamentos, orientamos que ela pague a multa imposta pelo TCU, razão pela qual excluimos a CBEX relativa à multa. Em relação ao débito, a opção mais viável é o seguimento do processo, com o encaminhamento, via MPTCU, ao cofre detentor, no caso o Sescop-MA, para que aquela entidade adote as medidas concernentes à cobrança judicial, caso a responsável não consiga realizar o pagamento administrativamente.

Secex-MA, em 12 de Setembro de 2018

Assinado eletronicamente

VINÍCIUS DOS PASSOS SOARES

Chefe de Serviço

* Subdelegação de competência conferida pela Portaria-Secex/MA nº 2/2018.